

Formação docente e gestão dos princípios da educação inclusiva

Teacher training and management of the principles of inclusive education

Neiva Marta Bartzen Acosta*

RESUMO: As mudanças ocorridas, nas últimas décadas, nos âmbitos da produção de conhecimentos, bem como da sociedade da informação e da comunicação, impõe à educação o estabelecimento de novas políticas de formação continuada dos professores. Além disso, a perspectiva da educação inclusiva também passou a compor as demandas apresentadas aos professores, para as quais aponta-se o redimensionamento dos espaços de formação a serem considerados na implementação das políticas públicas educacionais.

PALAVRAS CHAVE: Políticas Públicas, Formação de Professores, Educação Inclusiva

ABSTRACT: The changes occurred in recent decades, in the fields of knowledge production and information society and communication, requires to education the establishment of new policies for continuing education of teachers. Moreover, the prospect of inclusive education also began to compose the demands presented to teachers, for which points to the redesign of educational institutions to consider the implementation of political public education.

KEYWORDS: Public Policy, Teacher Education, Inclusive Education

* Pedagoga, Especialista em orientação Educacional e Mestranda em Educação - UNILASALLE.

O trabalho foi elaborado na disciplina Formação de Professores e as Tecnologias da Informação e Comunicação do Curso de Mestrado em Educação – UNILASALLE, sob a coordenação do Professor Orientador Dr. Miguel Alfredo Orth e do Professor Dr. Luiz Gilberto Kronenbauer, cursada em 2009.

Introdução

As mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX e no início deste milênio, nas formas de pensar o sujeito, a cultura e a sociedade, determinam o começo de um período de incertezas e influenciam, de maneira expressiva, na busca de novas formas de gestão da educação e no encaminhamento de novas práticas docentes.

Os profissionais da educação enfrentam desafios, frente às mudanças, como: rever os pressupostos teóricos, que embasam as suas práticas; questionar o currículo, para a construção de conhecimentos úteis e válidos aos educandos; dar conta da diversidade de processos inclusivos e apropriar-se, desse modo, das novas tecnologias da informação e comunicação. Os gestores passaram a promover, então, cada vez mais, espaços de formação continuada de professores para dar conta da mesma. O que, sem dúvida, exige a superação de idéias cristalizadas, que impedem ou impossibilitam que os processos pedagógicos das escolas venham a atender as reais necessidades desta sociedade em constante transformação. Segundo Ferreira:

A formação continuada é uma realidade no panorama educacional brasileiro e mundial, não só como uma exigência que se faz devido aos avanços da ciência e da tecnologia que se processaram nas últimas décadas, mas como uma nova categoria que passou a existir no mercado da formação contínua e que, por isso, necessita ser repensada cotidianamente no sentido de melhor atender à legítima e digna formação humana. (FERREIRA, 2006, p. 19)

Por outro lado, os políticos ocupam-se com a normatização dos direitos do homem: como o do reconhecimento de direitos específicos aos doentes, aos portadores de necessidades especiais, entre outros; as diferenças entre as fases da vida; as diferenças de etnia, as diferenças de gênero, entre outros, contudo o que permanece deficiente é a garantia da proteção efetiva destes direitos. Segundo BOBBIO (1992, p. 63) *“Finalmente descendo do plano ideal para o plano real, uma coisa é falar dos direitos do homem, direitos sempre novos e cada vez mais extensos, e justificá-los com argumentos convincentes; outra coisa é garantir-lhes uma proteção efetiva”*. Essa citação expressa a realidade de muitos alunos com necessidades educacionais especiais, que a partir dessas Legislações, passaram a participar de processos de inclusão. Embora a sua matrícula deva ocorrer preferencialmente no ensino regular, falta-lhes, no entanto, o direito assegurado à escola inclusiva, a qual carece de políticas públicas para a oferta, dentre elas, a da formação continuada dos docentes.

Formação Continuada de Professores Inclusivos

A escola tem sido “invadida” por ideários pedagógicos, sob o prisma de “atualização”, em que a mudança de muitas práticas ocorre sem a realização de um aprofundado estudo por parte dos educadores e, não raro, práticas educativas que se embasam ou são definidas a partir de processos de estruturalização de

conceitos presentes em projetos pedagógicos, sem os necessários pressupostos teóricos e metodológicos.

Alguns educadores ainda fazem da prática a sua prática, utilizando-se, para isso, essencialmente suas vivências e troca de suas experiências com outros educadores, sem uma necessária base teórica, constituindo-se em uma linguagem vaga, que abre espaços a serem preenchidos por “qualquer coisa”, por vezes caindo em falas vagas e dúbias, isso quando esses não se fecham em suas posições, impedindo assim que se criem e ou se estabeleçam condições de diálogo.

A esse reducionismo se submetem ou são submetidos também muitos docentes, nas últimas décadas, ao se engajarem em propostas educativas, cuja teorização reducionista lhes propõem seguir “cartilhas” ou “manuais de instruções”, que intimidam e os destituem da propriedade de seu fazer, ao mesmo tempo, em que todo o conhecimento acumulado e as experiências anteriores, passam a ser menosprezadas e não servem mais.

As iniciativas mais comumente utilizadas pelas redes, privadas ou públicas de educação, durante o período, são do tipo “treinamento” ou “capacitação” em serviço, para que teorias sejam postas em prática, sem que os professores tenham suficiente clareza dos princípios que norteiam essas práticas e de sua importância no processo educativo. Outra proposta, não raro apresentada aos docentes, são “cursos de formação”, que trazem a teoria para a pauta, sem oportunizar os espaços necessários à discussão e reflexão, a fim de possibilitar a construção das práticas condizentes com os pressupostos.

No entanto, sabe-se hoje que as contribuições dos teóricos da educação constituem-se em elementos fundantes para se proceder a análise e a realização de cursos de formação continuada de professores de maneira crítica e reflexiva. É necessário, portanto pensarmos na formação de educadores atentos às contribuições de teóricos da área, sem recairmos em práticas esvaziadas de processos analíticos acerca de conceitos ou de pressupostos apresentados por diferentes autores.

O discurso pedagógico progressista opõe-se às teorias tradicionais, bem como se estabelece como foco da formação e da prática docente a reflexão crítica sobre as práticas, entre os quais se destacam os apelos e ou as interpelações de teóricos sociointeracionistas, que fizeram ou fazem parte da vida acadêmica, quer em seminários, fóruns, cursos, debates, oficinas e reuniões de professores.

Porém, o reestabelecimento de ideários positivistas e de lógicas amordaçadas também se faz presentes em atividades de formação docente, principalmente envolvidos em cursos de capacitação, formatados especialmente para esse fim. Isso faz com que o conhecimento seja embebido dessas implicações teóricas e se expressem nas práticas docentes.

De fato, os pressupostos teóricos que embasam as práticas educativas, não raro, são definidos em processos de estruturalização de conceitos, que se fazem presentes, inclusive nos diferentes projetos pedagógicos. Contudo, segundo Perrenoud (2000), “as representações do ensino e da aprendizagem permanecem

bastante tradicionais”, tornando a escola um espaço “invadido” por ideários pedagógicos, nos quais a mudança das práticas ocorre sem a realização de um aprofundado estudos com os educadores como já havíamos dito.

“A ruptura com as pedagogias da transmissão está, certamente, consumada na maior parte dos textos oriundos das ciências da educação, dos movimentos pedagógicos, até mesmo dos ministérios e, em grande parte, dos locais de formação inicial ou contínua dos professores. O que se passa na mente da maioria?” (PERRENOUD, 2000, p. 45).

A análise da função docente aponta para uma redefinição da esfera de sua atuação. Essa redefinição requer a abertura da possibilidade de se pensar a escola como um espaço de construção do conhecimento, onde esse processo ocorra de forma que se quebre o vértice da lógica instrumentalizadora, edificada com as pedagogias da transmissão.

As ideias dos autores são elementos indispensáveis às novas práticas educativas demandadas pelas mudanças. Porém, essas não devem ser utilizadas para “costurar, ou suturar”, nossa trajetória, mas para realizarmos os “alinhavos”, necessários e imprescindíveis para as práticas educativas, que estabelecem como objeto de sua formação, a construção e a ampliação de momentos de estudos e pesquisas sobre o fazer didático pedagógico da escola.

A prática da criação dos espaços de discussão sobre as situações problemas e desafios que se apresentam, trazendo a reflexão à luz os referenciais teóricos, viabiliza a formulação e o estabelecimento de orientações promotoras de ações educativas, a serem contempladas na gestão das escolas.

É de suma importância que, dentro do espaço escolar, igualmente se fortaleça a cultura da formação continuada, possibilitando assim, momentos de reflexão, na ação, sem recair em reducionismos que aceitem ou neguem teorias, ou ainda que supervalorizem algumas teorias em detrimento de outras.

As iniciativas de formação continuada de professores, muitas vezes ocorreriam de forma fragmentada ou sem um adequado alicerce teórico, metodológico, o que possibilitou a realização das práticas, sem processos de elaboração, nem estudos ou pesquisas na área. Mas, há também pesquisas apontando para possíveis encaminhamentos de novas práticas, quer em cursos de formação de professores, quer em formações realizadas nas escolas, mesmo que ainda sejam ações emergentes ou ainda pequenas iniciativas, enquanto políticas públicas no contexto educacional.

Educação Inclusiva: Gestão dos Princípios Pedagógicos

Nas últimas duas décadas, a gestão da educação inclusiva também passou a compor uma das demandas apresentadas aos professores, enquanto garantia de um direito específico, o da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular.

A partir da gestão educacional de princípios inclusivos, percebe-se a importância de criarmos, dentro do espaço escolar, reflexões sobre as ações, frente aos desafios das transformações sociais e das mudanças estruturais, que descontextualizam e fragmentam os conhecimentos e produzem a exclusão da diversidade humana.

Os espaços de formação que se fazem necessários são de promoção do diálogo entre as práticas e as contribuições dos teóricos, para a elaboração dos projetos pedagógicos de cultura inclusiva. Espaços nos quais, se contemple a atenção ao contexto, sem recair em práticas esvaziadas de processos analíticos acerca dos conceitos ou pressupostos.

As questões sobre a construção de uma cultura inclusiva estão presentes no cotidiano escolar e nos propõe refletir sobre essas diferenças, sejam elas de faixa etária, gênero, etnia, cultura, necessidades educacionais especiais, bem como desafiando os professores na realização de projetos, que contemplem as exigências que a ciência, a tecnologia e a diversidade no atendimento das necessidades especiais dos alunos nos colocam. A análise dessa prática requer o acréscimo de elementos, dúvidas, questionamentos, frente à temática das diferenças existentes na natureza humana.

Como a diversidade entre os seres humanos ou entre seus grupos e a singularidade individual entre sujeitos são condições de nossa natureza, o tema das diferenças aparece como uma dimensão sempre presente em qualquer problema que abordemos em educação. Podemos dizer que é um aspecto transversal no pensamento e na pesquisa. (ALCUDIA, 2002, p. 14)

Entende-se a urgência da organização de espaços relevantes para a reflexão e o debate coletivo referente à ação pedagógica inclusiva, integrando a comunidade e considerando as competências e obrigações dos diversos agentes sociais perante a educação. É necessária a discussão constante das práticas educativas, estabelecendo processos de permanente construção e reconstrução, responsabilizando a todos na elaboração e implementação de políticas educacionais que atendam ao singular e ao plural, através de uma escuta sensível das necessidades e interesses.

Evidentemente percebe-se a necessidade do trabalho pedagógico, com todos os envolvidos no processo educativo da escola, promovendo discussões e reflexões sobre a inclusão dos alunos, na busca de subsídios que dêem suporte para a definição dos pressupostos que inscrevam a diversidade no projeto pedagógico da escola.

A gestão da educação inclusiva requer a organização de espaços de formação, onde os professores possam vivenciar a elaboração de práticas baseadas no teórico-conceitual, construindo-as de forma dialética, onde no diálogo entre as contribuições dos teóricos, construa-se e execute o projeto pedagógico da escola com princípios inclusivos.

Um dos espaços nessa perspectiva, que se teve a oportunidade de acompanhar, foi o de integrar o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Inclusiva da linha de pesquisa Processos de Exclusão e Participação em Educação Especial, do programa de Pós Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no ano de 2006. O Grupo, coordenado pelo professor Hugo Otto Beyer, nesse período realizou encontros periódicos, com representantes de universidades e secretarias da educação de municípios da região metropolitana e do interior do Estado do Rio Grande do Sul. O espaço de formação estabelecia o diálogo entre os referenciais teóricos e os desafios das práticas inclusivas, relatadas pelos participantes.

Outra vivência relevante nesse sentido, deve-se à integração do grupo de formadores, realizando tutoria desde o ano de 2007, no curso atualmente denominado “Formação Continuada de Professores em Tecnologias de Informação e Comunicação Acessíveis”, que compõe as propostas da Universidade Aberta do Brasil, enquanto política de formação de professores da SEESP/MEC. O curso é promovido pelo Núcleo de Informática na Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e permite intensificar o olhar, por uma gestão da educação na perspectiva inclusiva, que promova a utilização destes recursos, para promoção da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais. Os alunos do curso, docentes de municípios dos diversos estados do país, contribuem com seus relatos acerca das políticas públicas de inclusão promovidas pelos municípios em que residem e atuam, estabelecendo amplos debates sobre a temática. Além disso, as propostas dos módulos que integram a formação propõem, a partir de referenciais teóricos e práticos, espaços para reflexão e debates, que apontam a relevância do uso das tecnologias da informação e comunicação acessível na promoção da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais.

O acompanhamento de algumas trajetórias de experiências permite a percepção de que muitos dos alunos com necessidades educacionais especiais participam atualmente de processos de “inclusão compulsória”, já que a sua matrícula é realizada preferencialmente no ensino regular, porém falta a implementação de efetivas políticas públicas inclusivas, que garantam a esses alunos, além do acesso, o atendimento da diversidade de necessidades especiais, como demanda o processo inclusivo. Dentre as políticas que se fazem necessárias, está a formação dos professores, para a gestão da educação inclusiva.

Considerações Finais

A proposta necessária à formação dos professores, para a gestão da educação inclusiva, é a que possibilite práticas pedagógicas embasadas na redefinição das ações, com vistas no atendimento das reais necessidades dos educandos, desta sociedade em constante transformação. Nesse sentido, Kuenzer nos coloca que

A mudança da base eletrônica para a base microeletrônica, isto é, dos procedimentos rígidos para os flexíveis, que atinge os setores da vida social e produtiva nas últimas décadas, passa a exigir o desenvolvimento de habilidades cognitivas e comportamentais, tais como análise, síntese, estabelecimento de relações, rapidez de respostas e criatividade em face de situações desconhecidas, comunicação clara e precisa, interpretação e uso de diferentes formas de linguagem, capacidade para trabalhar em grupo, gerenciar processos, eleger prioridades, criticar respostas, avaliar procedimentos, resistir a pressões, enfrentar mudanças permanentes, aliar raciocínio lógico-formal à intuição criadora, estudar continuamente. (KUENZER, in FERREIRA, 2006, p. 22)

O projeto pedagógico da escola, em parceria com a comunidade, propõe-nos refletir sobre a inclusão das mudanças na construção de um currículo escolar, que contemple as constantes inovações propostas pelos avanços da ciência e da tecnologia e se aproxime da realidade em permanente transformação e dos interesses que a diversidade de alunos apresentam.

Aliás, faz parte da tarefa dos educadores realizar práticas investigativas, enquanto integrantes de seu fazer pedagógico, de sorte que projetos, pesquisas, vivências e práticas passem a ser objetos de análise. Essas práticas os tornam pesquisadores da própria ação, possibilitando assim um repensar e um redefinir de trajetórias e promove a garantia dos direitos educacionais, bem como a própria organização escolar na perspectiva inclusiva.

A escola não pode assumir sozinha o papel da educação, mas deve criar espaços em seu contexto, de parcerias com outros grupos sociais, que possibilitem a valorização dos conhecimentos e a realização da formação continuada dos professores, estabelecendo maior participação dos gestores para a efetiva implementação de políticas públicas educacionais, adequadas ao contexto escolar.

Entendemos a emergência da promoção de espaços formação com debate coletivo referente à ação pedagógica, integrando os diversos atores, perante a diversidade que as mudanças impõem à educação. É necessária a ocorrência de discussão constante das práticas educativas, responsabilizando a todos na elaboração de políticas de formação que atendam tais necessidades, instrumentalizando os professores na produção dos novos conhecimentos, essenciais para a atuação na sociedade em permanente transformação.

Enfim, a atuação desejável na perspectiva da formação continuada, consiste na consideração das contribuições dos teóricos como elementos de análise e reflexão. Nessa perspectiva, a articulação entre prática e teoria deve ser contemplada, para que se proponham as ações, a fim de contemplar as mudanças ocorridas nas últimas décadas e ampliar as possibilidades de promoção da aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais, na gestão da educação em uma perspectiva inclusiva.

Referências Bibliográficas

ALCUDIA, Rosa. *Atenção à Diversidade*. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

BOBBIO, Norberto. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto Ferreira(org). *Formação Continuada e Gestão da Educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PERRENOUD, Philippe. *Pedagogia Diferenciada: Das intenções à ação*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas Sul, 2000.

Recebido em 03/2010.

Aprovado em 07/2010.